

OPINIÃO

EDITORIAL

Boas notícias na saúde, mas é preciso cuidado

A implantação do sistema de teleconsultas pela administração de Ricardo Silva (PSD) — materializada no aplicativo municipal Cuidar+On e anunciada em 30 de julho pela admnistração municipal—merece ser reconhecida como uma iniciativa ousada. É, talvez, o projeto mais promissor do governo até aqui: combina tecnologia, agilidade e a promessa de desafogar unidades superlotadas, oferecendo atendimento remoto 24 horas com médicos, enfermeiros e psicólogos, além de permitir emissão de receitas e atestados.

O projeto é benefício tanto para os profissionais da saúde, que passam dedicar a atenção presencial para casos de maior gravidade, evitando complicações, quanto para a população que, em casos mais simples, consegue seu tendimento - e seu atestado ou receita - sem ter que enfrentar horas de espera nasa UPAs da cidade.

Da mesma forma, a modernização do agendamento nas unidades básicas de saúde é um avanço. Ao permitir marcações por telefone ou aplicativo, a Prefeitura rompe com o modelo arcaico de filas madrugadoras, que submetia a população ao desgaste e, muitas vezes, à frustração de sair sem atendimento. Digitalizar o processo é, sem dúvida, um passo necessário. Soma-se a isso a criação de uma regulação municipal de leitos, com investimento no Hospital Santa Lydia. Em teoria, um pacote de medidas capaz de produzir efeitos concretos e positivos.

No entanto, é preciso olhar além da superfície. A Prefeitura tem se esforçado para vender a imagem de modernidade, mas corre o risco de oferecer soluções que funcionam apenas para parte da população, especilmente se considerarmos que houve pouca divulgaçõ dos novos seviços.

Projetos de saúde digital costumam fracassar quando ignoram desigualdades sociais: idosos, moradores das periferias e famílias de baixa renda nem sempre têm acesso fácil à internet ou a smartphones. Sem centrais telefônicas bem

estruturadas, pontos de apoio presencial e garantia de que ninguém ficará sem alternativa, a inovação pode se transformar em exclusão.

Outro ponto sensível é a transparência. O Executivo promete reduzir em até 80% as consultas em UPAs por meio da telemedicina. Uma meta ousada — e potencialmente enganosa se não for acompanhada por dados públicos e verificáveis. Quantos atendimentos são realmente resolutivos? Qual a taxa de retorno? Quanto tempo o cidadão espera entre o pedido e o atendimento?

Não dizemos, aqui, que seja esse o cso, mas, via de regra, sem indicadores claros, o discurso de eficiência se aproxima mais de marketing político do que de política pública.

A descontinuidade do cuidado também preocupa. A teleconsulta é útil para triagens, seguimentos e saúde mental, mas não substitui a avaliação presencial em casos complexos ou crônicos. Sem fluxos de encaminhamento consistentes, sem capacitação das equipes e sem integração com os prontuários físicos, o risco é a precarização do atendimento, não sua modernização.

E há a questão central da privacidade. Até agora, a Prefeitura não esclareceu de forma transparente quais são as garantias técnicas de proteção dos dados de saúde dos cidadãos. Informações médicas são sensíveis e sua exposição pode gerar danos irreparáveis. Se o sistema avançar sem salvaguardas claras, a aposta na inovação pode se converter em risco à dignidade do paciente.

O Cuidar+On pode, sim, transformar a relação entre a Prefeitura e a população. Mas só será legítimo se vier acompanhado de equidade no acesso, transparência nos resultados, fortalecimento do cuidado presencial e proteção dos dados. Do contrário, corre o risco de ser lembrado mais como propaganda de governo do que como conquista da cidade.

OPINIÃO DO LEITOR

O projeto de reforma administrativa é fundamental para a cidade, mas precisa ser debatido. Infelizmente, a prefeitura novamente não fez a discussão como deveria.

Robson Paolucci, Jardim Paulista

NOVAS IDEIAS

O significado da prisão de um ex-presidente

FRANCISCO NASCIMENTO



A POSSÍVEL PRISÃO DO EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO NÃO SE LIMITA AO ASPECTO JURÍDICO. O DEBATE ENVOLVE O RESPEITO ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, A PERCEPÇÃO INTERNACIONAL SOBRE O BRASIL E A CREDIBILIDADE DO PAÍS. QUALQUER QUE SEJA O DESFECHO, AS REPERCUSSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS VÃO MUITO ALÉM DA FIGURA DO EX-MANDATÁRIO.

Do ponto de vista constitucional, o desafio é assegurar que o processo respeite pilares como a presunção de inocência, o devido processo legal e a imparcialidade judicial. Em democracias maduras, a responsabilização de ex-chefes de Estado deve ocorrer sem pressões políticas ou espetacularização midiática. Caso contrário, enfraquece-se o próprio Estado de Direito. No Brasil, já marcado pela polarização, qualquer percepção de parcialidade pode alimentar narrativas de perseguição e aprofundar divisões sociais.

No campo internacional, a prisão de ex-presidentes é sempre observada com cautela. Mais que a legalidade, pesa a simbologia: parceiros estrangeiros interpretam tais decisões como sinais de instabilidade. Isso repercute em diplomacia, investimentos e confiança externa. União Europeia e Estados Unidos sabem que previsibilidade jurídica é condição para negócios e cooperação. Um processo visto como politizado pode afastar capitais e prolongar crises.

Isso repercute diretamente em diplomacia, investimentos e confiança externa. Estados Unidos e União Europeia acompanham de perto porque sabem que previsibilidade jurídica é condição essencial para negócios e cooperação.

Internamente, há o risco de radicalização. A eventual prisão de Bolsonaro pode mobilizar sua base e desencadear protestos, testando a capacidade do Estado em lidar com tensões sem abusos. O Brasil já enfrentou traumas semelhantes, e a repetição exige maturidade institucional para que Justiça não se confunda com vingança.

A questão não é apenas se Bolsonaro deve ou não ser preso, mas como o processo será conduzido. Se respeitar a Constituição e padrões internacionais, reforçará a democracia. Se for marcado por pressões políticas, poderá custar caro à credibilidade do país.

O que está em jogo vai além de um ex-presidente: é a imagem de um Brasil capaz de aplicar a lei sem comprometer legitimidade constitucional e estabilidade internacional. A democracia será testada em sua essência: responsabilizar sem perseguir, punir sem arbitrariedade e fortalecer instituições sem transformar a Justiça em arma política.

* advogado, é professor universitário e especialista em Direito Constitucional

Jornal Digital

Leia o QRCode e acesse a versão online do Jornal Ribeirão

Pontos de Distribuição

Veja onde você encontra a versão impressa do Jornal Ribeirão:

Banca Tibiriça - R. Tibiriçá, 600

Banca do Denis - R. Otavio Golfeto, 326

Banca Saudade - Av. Saudade S/N

Banca Paulista - Av. Independência, 1680

Banca 2000 - Praça Coração De Maria S/N

Banca Balieiro - R. Gen. Osório, 549 - Calçadão

Banca Oracilda - Praça Jose Mortari S/N

Banca Solange - Av Pres. Vargas, 25 - Esq. Av R. Nove De Julho

Banca Camões - Praça Camões S/N

Banca Oásis - R. Duque de Caxias, 800

Banca Pinguim - R. Gen. Osório em frente a Choperia Pinguim - Calçadão

Banca do Valdir - Av. Nove De Julho, 378 - Esq. R. Visconde de Inhaúma

Banca 13 de Maio - Av. 13 De Maio, 575

Banca Irajá - R. Dr. Isaac Teodoro de Lima, 588

Banca Sete de Setembro - Praça

Banca do Emerson - R. Campos Salles, 431

Banca Oficce Center - Av Portugal, 1760

Banca do Amaral - R. Amador Bueno, 395

Banca da Lucia - Av Dom Pedro S/N

Banca do Rogério - R. Maria Tereza Braga Cenri, 425

Banca do Peruano - R. Florêncio De Abreu S/N (Calçada Catedral)

Banca da Japa - Av. Jerônimo Gonçalves, 493 (Próx Rodoviária)